

Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 6

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Ligação pedindo prova de vida do INSS? É golpe! Saiba o que fazer..... 2

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Monitor do PIB tem alta de 0,1% em setembro..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inação climática pode custar R\$ 17 trilhões ao Brasil até 2050..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

CAE adia análise de texto que eleva tributação de bets..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Vem aí mais uma exclusão de despesas do regime fiscal (Editorial)..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia e eleições (Artigo)..... 9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova medidas que aliviam contas públicas..... 11

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso retoma parte da MP do IOF, com alívio de R\$ 25 bilhões nas contas do governo
..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PL Antifacção aprovado, sem incluir terrorismo..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Rodrigues: é preciso dobrar o efetivo da PF..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

BNDES abre nova consulta a crédito do Brasil Soberano..... 17

Ligação pedindo prova de vida do INSS? É golpe! Saiba o que fazer

Eliane Gonçalves - Radioagência Nacional*

Você atende o telefone e ouve isso aqui:

"Beneficiários de auxílio de longa duração para fazer a prova de vida . Digite 1 para prosseguir com o atendimento de prova de vida ou digite 2 para a restituição de descontos indevidos."

"Beneficiários de auxílio de longa duração para fazer a prova de vida . Digite 1 para prosseguir com o atendimento de prova de vida ou digite 2 para a restituição de descontos indevidos."

Parece sério, mas é golpe . Estelionatários estão ligando para aposentados e pensionistas se passando pela Central 135 do **INSS** . Pedem para a pessoa digitar uma opção e abrem o caminho para ter acesso a informações sigilosas da nova vítima.

Me ligaram. O que devo fazer?

Se receber alguma ligação suspeita, desligue imediatamente.

O **INSS** NÃO faz prova de vida:

? por telefone

? por mensagem de texto

Também não solicita dados pessoais , senhas ou transferências de dinheiro .

Regras mudaram: entenda como funciona agora

Não custa lembrar: as regras da Prova de Vida mudaram. Hoje em dia, é tudo automático . O **INSS** cruza os dados do beneficiário em sites oficiais e só quem não for identificado precisa fazer a prova de vida.

? Ouça também: Biometria no **INSS** ? Entenda a tecnologia e fuja dos boatos .

Prova de vida: como saber se preciso fazer?

Quem precisa regularizar a situação vai receber a informação no extrato bancário. E só por aí. Não tem telefonema, não tem e-mail, não tem whatsapp. Então,

cheque no seu extrato se você foi notificado . Se não foi, você não tem que fazer nada.

Passo a passo para fazer a prova de vida com segurança

Se foi, você tem duas alternativas:

?? Você pode acessar o site ou o aplicativo Meu **INSS** (iOS e Android)

Basta fazer o login e seguir as instruções para fazer a prova de vida. Pode ser que você precise fazer um reconhecimento facial.

?? Você pode fazer a prova de vida pelo aplicativo ou site do seu banco.

Mas atenção: nem todos os bancos oferecem esse serviço. E em caso de dúvida, ligue pra Central 135 ou acesse o aplicativo Meu **INSS** .

*Com sonoplastia de Jailton Sodré.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2025-11/ligacao-pedindo-prova-de-vida-do-inss-e-golpe-saiba-o-que-fazer>

Monitor do PIB tem alta de 0,1% em setembro

Alessandra Saraiva

A atividade econômica brasileira subiu 0,1% em setembro ante agosto, com estabilidade no terceiro trimestre ante o segundo trimestre, na leitura do Monitor do **PIB**, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador, veiculado na terça-feira (18) pela FGV, mede cadência da economia em periodicidade mensal. A fundação apurou ainda alta de 1,5% na economia do terceiro trimestre ante mesmo trimestre de ano passado, na ótica do indicador, com aumento acumulado de 2,5% em 12 meses, até setembro.

Para Claudio Considera, economista da fundação responsável pelo monitor, os resultados do indicador, na margem, sinalizam variação próxima a zero para o **PIB** do terceiro trimestre, ante trimestre anterior. O desempenho do **PIB** será veiculado pelo IBGE no dia 4 de dezembro.

"O que vemos na margem [no Monitor do **PIB** de setembro] é que a estagnação está espalhada por todos os componentes", disse.

No Monitor do **PIB**, pelo lado da oferta, a FGV mapeou queda de 0,3% na economia de serviços em setembro, ante agosto, com estabilidade no terceiro trimestre ante segundo trimestre desse ano. Serviços representa quase 70% do total do resultado do **PIB**.

A atividade industrial, por sua vez, mostrou recuo de 0,5% em setembro ante agosto, com alta de apenas 0,7% no terceiro trimestre ante segundo trimestre. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa investimentos alocados na economia, teve quedas idênticas de 1,4% em setembro ante agosto, e no terceiro trimestre ante segundo trimestre.

Já pelo lado da demanda, o consumo das famílias caiu 0,5% em setembro ante agosto, com queda de 0,1% no terceiro trimestre ante segundo trimestre.

"São preocupantes essas quedas em consumo e em investimentos [FBCF]", disse ele.

Um contexto para explicar o recuo em consumo das famílias, continuou ele, é o cenário macroeconômico. Há influência do aperto monetário, com manutenção de taxa básica de juros (Selic) a 15% ao ano, maior patamar desde 2006, admitiu ele.

Considera lembrou que o consumo de duráveis tem mostrado quedas, há cerca de dois trimestres, no país. Esse tipo de produto é mais transacionado via crédito, por ter valor agregado maior. Portanto, o consumo do item pode ficar mais caro, quando os juros estão altos, o que inibe demanda, notou. "Isso certamente tem a ver com taxa de juros elevada ainda" afirmou. "E a mesma coisa, de certa forma, ocorre com bens de capital", acrescentou. Esse segmento é muito dependente de capital de giro, via crédito, para produção no país.

As compras externas no indicador ficaram estáveis em setembro ante agosto, mas subiram 3,3% no terceiro trimestre ante segundo trimestre, no Monitor do **PIB**. Na comparação com terceiro trimestre de 2024, as exportações subiram 7%, completou Considera. "O país conseguiu trocar mercados e sair dos Estados Unidos e ir para outros países com quem negociamos há algum tempo", disse.

O economista refere-se ao tarifaço imposto pelos EUA a vários países. No caso brasileiro, além da taxa geral de 10%, o país foi punido com 40% de sobretaxa.

Assim, quando questionado se haverá desempenho mais fraco para variação anual do **PIB** em 2025, o especialista foi cauteloso. Ele comentou que o comércio exterior, com provável bom desempenho das exportações, pode ajudar a equilibrar resultados mais fracos em outros campos da economia.

Por isso, o especialista não descarta que a variação do **PIB** brasileiro, deste ano, fique próximo à taxa em 12 meses do monitor até setembro (2,5%).

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Inação climática pode custar R\$ 17 trilhões ao Brasil até 2050

Jéssica Sant'Ana

A ausência de ações para evitar a mudança climática, com a elevação da temperatura média do planeta para acima dos patamares pactuados no Acordo de Paris, teria efeitos severos sobre a economia brasileira, agravaria desigualdades regionais e afetaria a segurança energética, alimentar e hídrica da população. Por outro lado, a limitação do aquecimento global a 1,5°C poderia resultar num acréscimo de R\$ 6,7 trilhões ao Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil até 2050 e na criação de 1 milhão de postos de trabalho.

A conclusão é de um estudo do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O documento foi lançado nesta terça-feira (18), durante painel na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30).

O estudo calculou que a eventual ausência de ações para evitar o aquecimento global, elevando a temperatura do planeta em 4°C acima dos níveis pré-industriais, faria o Brasil perder entre R\$ 10,3 trilhões e R\$ 17,1 trilhões de **PIB** no acumulado de 2025 a 2050, a depender do cenário analisado.

É o chamado custo da inação, ou seja, o quanto o país perde de riqueza caso os principais países emissores de gases poluentes não cumpram as metas estabelecidas no Acordo de Paris para limitar o aquecimento global.

"Essa perda potencial de **PIB** pode estar subestimada, porque esse cenário de 4°C ultrapassa aquele limiar que os cientistas estão mostrando como de segurança para a vida na Terra. A partir de 2°C e, principalmente, de 2,7°C, a ciência já está mostrando que a gente pode entrar numa situação de colapso sucessivo dos sistemas econômicos, sociais e políticos", afirmou ao Valor Virgínia de Ângelis, secretária Nacional de Planejamento do MPO.

Agora, se for atingido o objetivo do Acordo de Paris de restringir o aumento da temperatura média global a 1,5°C, o **PIB** nacional poderia ter um acréscimo de R\$ 6,7 trilhões no acumulado até 2050. Ou seja, caso todos os países cumpram suas metas de redução de emissões, haveria um acréscimo de 57% frente ao **PIB**

do Brasil em 2024. Seria

um ganho de R\$ 268 bilhões ao ano, o que representa cerca de 5% do orçamento total da União projetado para 2050.

"Essas oportunidades [de ganhos na economia com a limitação do aumento da temperatura] vêm do próprio esforço de adaptação climática. Então, em um cenário de aquecimento superior a 1,5°C, haveria perda de produtividade em setores estratégicos para o Brasil, como o agropecuário. Agora, mantendo o cenário de 1,5°C, teríamos um ganho de produtividade, com possibilidade, inclusive, de queda no preço dos alimentos", explica De Ângelis.

O estudo também mostra que as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste seriam mais impactadas pelo custo de inação, enquanto o Sul e Sudeste seriam menos impactados, demonstrando que a ausência de ação climática ampliará a desigualdade

regional no país. Também haveria impacto sobre o preço de alimentos e sobre o acesso à água e energia elétrica.

A inação climática também levaria a uma perda substancial de empregos, da ordem de 3,4 milhões e 4,4 milhões de postos de trabalho até 2050, no cenário de aquecimento global de 4°C em relação ao cenário de 2°C e 1,5°C, respectivamente. Por outro lado,

limitando o aquecimento a 1,5°C, 1 milhão de empregos adicionais poderiam ser criados no Brasil até 2050.

A secretária afirma que o estudo vem nesse momento da COP para mostrar a urgência em agir. "Não dá mais para a gente adiar, porque a questão vem como um dos grandes desafios para o nosso desenvolvimento", afirma. "Devemos planejar políticas públicas

com esse olhar do seu impacto no longo prazo, destinar orçamento e financiamentos com esse olhar de longo prazo."

O estudo foi realizado para gerar subsídios sobre os impactos econômicos da mudança do clima para a Estratégia Nacional de Longo Prazo, chamada de Estratégia Brasil 2050, também lançada pelo Ministério

do Planejamento e Orçamento.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

CAE adia análise de texto que eleva tributação de bets

Giordanna Neves e Gabriela Guido

A sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, marcada para terça-feira (18) para analisar a proposta que eleva a tributação sobre bets e fintechs, foi adiada diante da sinalização da Câmara de que a matéria sofreria resistência entre os deputados.

O projeto, do senador Renan Calheiros (MDB-AL), é relatado pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM). Ao Valor,

Renan afirmou que a decisão foi tomada após ser informado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), de que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não colocaria o texto em votação. Ele acrescentou que a sessão foi transferida para a próxima semana, na tentativa de ganhar tempo para construir um consenso com Motta.

A expectativa era que Braga apresentasse na terça a complementação de voto. Mesmo com a quebra do que era esperado, o líder do MDB disse a jornalistas que, se depender dele, o projeto não deixará de ser votado pelo Congresso.

"Se depender de mim, nenhum projeto meu morreu. Quando você vê jabuti na árvore, ou foi mão de gente ou foi enchente. Cuidado para você não avaliar precipitadamente [que o projeto deve cair]", disse Braga.

A proposta que tramita na comissão dobra a tributação das casas virtuais de apostas, elevando a alíquota de 12% para 24%, acima da proposta inicial da Fazenda, que previa aumento para 18%.

O texto também amplia a

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de diversas instituições financeiras. A alíquota passaria de 15% para 20% no caso de bancos e sociedades de crédito, financiamento e investimento, e de 9% para 15% para fintechs e distribuidoras de valores mobiliários.

Sem dar mais detalhes sobre o seu relatório, Braga disse que as alíquotas de tributação de bets e fintechs devem ser escalonadas. "Tudo vai ser escalonado,

fintechs, bets, tudo. Não é ano a ano, você vai ver no relatório", disse o líder do MDB.

O texto deve conter também medidas para fortalecer o combate contra empresas de apostas ilegais, segundo apurou o Valor.

Em entrevista à BandNews FM na segunda-feira (17), Motta afirmou que trataria a matéria "de maneira muito comprometida" e disse que a colocaria para votação, assim como fez com a medida provisória (MP) com alternativas à alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Na ocasião, os deputados aprovaram um requerimento de retirada do texto da pauta.

"Vamos aguardar o projeto andar no Senado e, chegando na Câmara, nós vamos tratar de maneira muito compromissada, comprometida, essas pautas que são de interesse da sociedade brasileira", declarou o presidente da Câmara.

O governo conta com o potencial arrecadatório desse projeto, que vai depender das alíquotas definidas por Braga em seu parecer, para garantir o cumprimento da meta fiscal no ano que vem, um superávit primário de 0,25% do **PIB** conforme prevê o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Vem aí mais uma exclusão de despesas do regime fiscal (Editorial)

A segurança pública voltou a ser a principal preocupação dos brasileiros, segundo as mais variadas pesquisas recentes de opinião. Em meio a uma série de discussões sobre como combater o crime organizado, que vem ocupando espaços inclusive na economia formal de Norte a Sul do país, o Planalto cogita colocar os investimentos em segurança fora das metas do regime fiscal, um expediente que se tornou comum e desmoralizou-o.

Os objetivos do governo são eleitorais. Recentemente, sem que qualquer urgência os recomendasse, o Planalto acertou investimentos de R\$ 30 bilhões em Defesa, em parcelas de R\$ 5 bilhões fora dos limites estabelecidos para a meta fiscal e para os gastos. O Congresso está contribuindo para a contabilidade frouxa da União empilhando gastos. No mês passado, os deputados aprovaram uma PEC que garante aposentadoria integral e paridade com os reajustes do pessoal da ativa para agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Eles poderão se aposentar mais cedo do que determinam as regras atuais da Previdência. Em três anos, isso custará R\$ 11 bilhões aos cofres públicos, segundo os técnicos. O Judiciário obteve aval da Câmara para reajuste de 26% para seus servidores, uma conta de R\$ 8,7 bilhões.

O Congresso articula ainda um presente de Natal, a liberação de mais R\$ 3 milhões extras para cada deputado e senador, benesse já batizada de "emenda panetone".

No período 2024-2026, o governo conseguiu até agora retirar R\$ 157,3 bilhões das regras fiscais, numa sequência de exceções em progresso, que não incluem segurança pública. Apesar disso, o governo até agora só colecionou déficits e tem preferido a lei do menor esforço, de atingir o piso da meta fiscal, o que em 2025 significa um resultado negativo de R\$ 31 bilhões.

A maior ajuda ao Planalto para evitar que houvesse um fechamento de atividades do governo por falta de recursos para cobrir as despesas discricionárias, que envolvem o custeio da máquina pública, previsto pela maioria dos analistas, foi dada pelo Congresso com a extensão da contabilização dos precários por 10 anos, quando eles deveriam constar integralmente da peça orçamentária a partir de 2027.

Não só o risco de um "shutdown" à brasileira foi evitado com a aprovação das propostas do governo no Congresso, mesmo com a rejeição da MP 1303 (taxação de investimentos isentos, bets, juros sobre capital próprio etc.), como se permitirá que o governo feche também as contas do ano que vem (superávit de 0,25% do **PIB**) com alguma tranquilidade, segundo os economistas Manoel Pires e Bráulio Borges, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) e do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público da entidade (Valor, 17-11).

Isso não significa que as contas públicas estarão perto do equilíbrio. Ao contrário. Pires e Borges elaboraram um modelo fiscal de médio prazo, adaptando a metodologia do Congressional Budget Office dos EUA, tendo como ponto de partida o Relatório de Receitas e Despesas do Tesouro do quarto bimestre, o mais recente disponível. Pelo modelo, os déficits primários estendem-se até 2036, por mais dez longos anos, se nada mudar.

Há, além disso, uma piora do déficit a partir de 2029, para perto de 1% do **PIB**. Isso porque em 2028 a União já estará aportando recursos ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, com desembolso de R\$ 160 bilhões em quatro anos, até 2032. A situação fiscal piora até 2032 também porque a produção de petróleo começa a cair a partir da virada da década, e, com ela, a arrecadação de royalties e participações.

Com essas inclusões, da obrigação de colocar recursos no fundo e da queda da produção do petróleo, que os economistas não parecem estar levando em conta, segundo Pires, o esforço fiscal para se atingir o piso da meta exigirá um superávit de 1% do **PIB** em 2029. Como o rombo no ano é estimado em 0,6% do **PIB**, será preciso uma reviravolta de 1,6% do **PIB** para manter o regime fiscal funcionando.

O pacote de medidas que o governo conseguiu passar dá uma folga de 0,18% no ano das eleições, considerado o projeto de orçamento atual. O buraco de 0,75% previsto para 2027 será tapado e zerado.

O rombo fiscal total, o déficit nominal, que contempla o resultado primário e a conta de juros, no entanto, é maior e preocupante. Não houve superávit no terceiro governo de Lula e a conta de juros pagos pelo

Tesouro por uma dívida que não para de crescer é de pelo menos 8% do **PIB** nos últimos dois anos. Como o governo não deverá deixar de bancar a investida eleitoral com mais gastos, a dívida bruta chegará a 83,6% do Produto Interno Bruto, 11 pontos percentuais acima daquela com que Lula assumiu em 2023, ou um avanço de R\$ 1,2 trilhão em valores correntes. Se pelo efeito do estímulo dos gastos na economia a **inflação** parar de cair, o Banco Central acabará por manter os juros muito altos e o prejuízo para as contas públicas será ainda maior do que já é.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Economia e eleições (Artigo)

Márcio Garcia Márcio G. P.

As eleições de 2026 já estão por toda parte. Outro dia, recebi num grupo de WhatsApp um post exaltando os êxitos econômicos do governo. Bem elaborado, o documento arrola pontos positivos: desemprego na mínima histórica, crescimento nos últimos anos, inflação sob controle, consumo em alta e continuidade de investimentos externos em vários setores. Poderia também ter mencionado o dólar em queda.

Sem dúvida, a foto da economia hoje parece boa para o governo, ainda que a percepção para o eleitorado possa não ser tão positiva. Mas, politicamente, o que interessa é como estará a economia daqui a pouco mais de 10 meses, às vésperas da eleição, não como está hoje. Afinal, o que move a economia são as expectativas do que ocorrerá no futuro, muito mais do que o presente. De olho na reeleição, o governo terá de passar a impressão de que a economia continuará sólida, com bom crescimento, baixo desemprego e inflação controlada. Vai conseguir?

Como diz o ditado, é difícil fazer previsões, sobretudo sobre o futuro. Ainda mais no Brasil, onde, segundo o ex-ministro Pedro Malan, até o passado é incerto. Mas se pode tentar construir cenários e identificar as variáveis mais importantes.

Como sempre, o cenário externo é crucial. E aí sobram fontes de risco. O que mais preocupa é um eventual estouro da bolha das grandes empresas de tecnologia na bolsa dos EUA. Como abordei no artigo do mês passado (Valor, 22/10/25), não é certo que haja de fato uma bolha, nem que esta vá estourar em breve. Mas, se isso acontecer, a economia dos EUA deverá entrar em recessão. Afinal, boa parte do investimento na economia dos EUA hoje está ligado à IA. E, mais relevante ainda, o efeito da queda da riqueza financeira sobre o consumo deverá ser forte, caso a bolsa dos EUA despenque.

Como bem se sabe, quando os EUA pegam um resfriado, o mundo sofre uma pneumonia. Neste cenário, piorariam bastante as perspectivas para nossa economia. Mas há outras fontes de risco externo, como uma política monetária mais restritiva do Fed frente a uma inflação mais renitente do que se previa. E a explosão do endividamento público, nos EUA e no mundo, com deslocamentos significativos de capitais, como vem sinalizando a escalada do preço do ouro. Tudo isso no plano econômico, sem mencionar os riscos geopolíticos, que também estão

elevados.

Ou seja, ainda que a economia mundial ora siga favorável, com condições financeiras propícias para ativos de risco, não é nada claro que isso vá continuar nos próximos meses. Frente a um cenário com riscos importantes e alto grau de incerteza, a atitude mais indicada é a cautela. O que isso significa para a política econômica no Brasil?

Nosso principal risco macroeconômico é o fiscal. Temos uma dívida pública muito elevada para países de renda média, e uma combinação de déficits fiscais relevantes e juros reais muito altos que faz com que a razão dívida/PIB tenda a crescer sem limites, o que poderá redundar em crise fiscal séria. O que pode o governo fazer a respeito?

A resposta é reduzir os déficits públicos. E, dada a já grande carga tributária da economia brasileira e o pouco apetite do Congresso Nacional para elevar impostos, a chave é tentar reduzir o crescimento dos gastos sobre os quais o governo tem controle.

Mas e os juros altíssimos da economia brasileira? Não poderiam ser reduzidos, como recentemente defendeu o ministro da Fazenda? A resposta é que, sim, podem ser reduzidos, e o BC deverá proximoamente iniciar um ciclo de reduções da taxa Selic. Ainda assim, a taxa real de juros deverá permanecer muito elevada para que a inflação siga razoavelmente controlada. Caso os gastos fiscais pudessem ser contidos mais fortemente, e isso não é só responsabilidade do Executivo Federal, os juros poderiam cair mais. Mas qual a chance de isso ocorrer no ano eleitoral de 2026?

Seria ingênuo acreditar que 2026 representará uma exceção à teoria dos ciclos políticos econômicos. Essa teoria prevê que governos manipulam a política fiscal para estimular a economia antes das eleições, aumentando suas chances eleitorais. Mas o arcabouço fiscal não deveria impedir novos aumentos de gastos? Em tese, sim. Na prática, o arcabouço tem sido sistematicamente vilipendiado, com gastos "essenciais" sendo excluídos da conta sempre que necessário. O arcabouço, enfim, virou a Geni. Os exemplos recentes são ilustrativos. Gastos de defesa foram anunciados fora do câmputo. A manchete do "O Globo" de ontem (18/11/25) confirma o padrão: "Governo estuda excluir gastos com Segurança do Arcabouço fiscal". O arcabouço fiscal, ao que tudo indica, está se tornando mais retórica do que

realidade.

Nas minhas aulas, costumo comparar o que vem acontecendo com o arcabouço fiscal ao meu problema com a balança. Incapaz de reduzir meu peso, encontrei nas "exclusões" do arcabouço fiscal grande inspiração. Se eu pudesse excluir minha perna esquerda do cômputo do meu peso meu problema estaria resolvido!

Os gastos primários adicionais, quer entrem ou não na conta do arcabouço, serão acrescidos à dívida pública, que crescerá ainda mais rápido. Decisões de exclusão de gastos do cômputo do déficit primário pelo Legislativo ou pelo Judiciário não tem o condão de aplacar a cruel aritmética da dinâmica da dívida pública.

Em suma, o céu continua azul para a economia brasileira, mas há grandes chances de nublarem. Conviria reparar o teto antes da tempestade.

Quando finalizava este artigo, veio a notícia da liquidação do Banco Master. Parabéns ao BC, à sua diretoria, e a todos os agentes públicos envolvidos na responsabilização dos culpados pela quebra do banco. Que as instituições do Estado brasileiro estejam conseguindo cumprir seu papel, mesmo enfrentando poderosos e tenebrosos interesses, é alvissareiro. E não só para nossa jovem democracia. Como ensinam os laureados com o Prêmio Nobel de 2024, boas instituições são fundamentais para o crescimento econômico sustentado. Os eventos recentes só ressaltam a imperiosa necessidade de que a sucessão dos dois diretores do BC, cujos mandatos expiram este ano, tenha que ser criteriosa e livre de interferências políticas indevidas.

Garcia é professor titular, Departamento de Economia da PUC-Rio, pesquisador afiliado da MIT Sloan School of Management, Pesquisador Sênior do CNPq e Cientista Nosso Estado da Faperj, escreve mensalmente neste espaço.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Senado aprova medidas que aliviam contas públicas

O Senado aprovou ontem projeto que resgata medidas fiscais originalmente previstas na medida provisória (MP) alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que perdeu validade em outubro. O Ministério da Fazenda estima um impacto de R\$ 25,2 bilhões para o Orçamento de 2026. O projeto, já aprovado na Câmara, segue agora para a sanção do presidente Lula.

O texto passou em uma votação simbólica, porque o relator, Eduardo Braga (MDB-AM), não fez alterações significativas. Segundo o presidente da Casa, Davi Alcolombri (União-AP), a aprovação foi fruto de um acordo entre a Fazenda e o Legislativo, para contribuir com o ajuste das contas públicas:

- Houve um entendimento da presidência do Senado com a presidência da Câmara, Hugo Motta, para que nós pudéssemos, rapidamente, restabelecer um texto.

A aprovação do projeto é importante para as contas do governo, já que recompõe parte das receitas que foram perdidas após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) reestabelecer

apenas parcialmente a validade do decreto de aumento do IOF, com o qual o governo pretendia aumentar sua arrecadação.

"DESAFIO FISCAL"

O texto aprovado prevê a restrição a compensações tributárias, com a qual o governo espera arrecadar R\$ 10 bilhões em 2026; a inclusão do Pé-de-Meia no piso constitucional da Educação e retirada do teto de R\$ 20 bilhões para os aportes da União, o que permitirá uma economia de R\$ 8,4 bilhões; a redução do prazo do auxílio-doença pelo Atestmed, que pode render R\$ 2,8 bilhões; e a limitação da compensação previdenciária entre regimes ao valor previsto na lei orçamentária, com expectativa de alívio de R\$ 1 bilhão.

Além disso, o texto tem alterações em procedimentos do seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no momento em que a pesca é proibida), o que pode significar um corte de R\$ 3 bilhões em 2026.

O secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, elogiou a aprovação e disse que medidas de contenção de despesas já geram efeitos positivos.

- A gente segue no processo de reconstrução de um bom quadro fiscal do pa-

ís, agora com mais medidas de revisão de gastos. Como vamos ver no próximo relatório bimestral, já começaram a gerar efeitos em 2025, e para 2026 terá um efeito ainda maior -disse Durigan ao GLOBO.

O secretário ressaltou que ainda é necessário trabalhar para aprovar a revisão de gastos tributários, com a qual o governo espera arrecadar R\$ 20 bilhões no ano que vem. O tema está na Câmara dos Deputados.

- Isso passa a ser o último

tema definitivo para o fiscal, para a gente encaminhar um ano mais estável em 2026. É fundamental que a gente encare esse último desafio fiscal em 2025 para 2026.

VALOR DE BENS E IMÓVEIS

O projeto aprovado ontem também cria o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp), que permite a atualização do valor de bens adquiridos com recursos de origem lícita e a regularização de ativos não declarados

ou declarados com erro ou omissão. A expectativa é que a medida gere arrecadação extra e ajude na recomposição fiscal do governo.

O Rearp permitirá a atualização do valor de bens móveis (carros, barcos e aviões) sujeitos a registro público e imóveis no território nacional ou no exterior. Isso poderá ser feito por proprietários ou inventariantes. A diferença entre o valor do bem e o custo de aquisição será tributada em alíquota de 4%.

O contribuinte também

poderá regularizar bens ou direitos que não tenham sido declarados, ou que tenham sido declarados com dado incorreto. O projeto autoriza a regularização de depósitos bancários, ativos intangíveis, imóveis e veículos por residentes ou domiciliados no país em 31 de dezembro de 2024. O montante dos ativos será considerado acréscimo patrimonial, o que significa que

a pessoa ou empresa estará sujeita ao pagamento de IR, a título de ganho de capital, à alíquota de 15%.

Em relação à proposta original, o texto ampliou a alíquota do IR sobre a atualização de bens de 3% para 4%, no caso de pessoas físicas. Para pessoas jurídicas, a cobrança será de 4,8% de IRPJ e 3,2% de CSLL. O relator também autorizou a atualização de bens localizados no exterior.

Na modalidade de regularização, houve aumento da multa, que passou de 15% para 100% sobre o imposto devido. O prazo de adesão foi reduzido de 210 para 90 dias. O parcelamento dos **tributos** foi mantido em 36 meses, após Braga acatar um destaque apresentado.

Além disso, o período mínimo de manutenção dos bens atualizados foi encurtado: agora será de cinco anos para imóveis e dois anos para os demais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Congresso retoma parte da MP do IOF, com alívio de R\$ 25 bilhões nas contas do governo

Por Sara Curcino, TV Globo - Brasília

O Senado aprovou na noite desta terça-feira (18) um projeto que permite ao contribuinte atualizar o valor do imóvel ou veículo que tem no Imposto de Renda (IR) ou até regularizar a situação de bens que ainda não foram declarados.

O texto, que seguirá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), retomou medidas fiscais de uma proposta que perdeu a validade, a medida provisória (MP) que contornaria uma eventual alta no Imposto de Operações Financeiras (IOF).

A equipe econômica negociou, então, com o Congresso incluir neste projeto essa recomposição no Orçamento federal, que significará R\$ 25 bilhões até o fim de 2026, de acordo com o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

Entre os pontos que permitem este resgate estão:

limite de 30 dias do auxílio-doença, concedido por perícia documental, para racionalizar os benefícios concedidos pelo sistema Atestmed do **INSS**; inclusão do Programa Pé-de-Meia no piso constitucional; limitação de compensações tributárias e previdenciárias; mudanças no seguro-defeso, benefício que o **INSS** paga a pessoas que dependem exclusivamente da pesca de pequeno porte.

Este texto foi fruto do entendimento entre senadores e o governo federal. Eram justamente matérias que foram estabelecidas na 1303 que iam ao encontro do que senadores e senadoras, deputados e deputadas, falam todas as semanas no Congresso Nacional, que é equilíbrio fiscal, ajuste das contas públicas do Estado brasileiro, combate às ilegalidades, combate às fraudes, comemorou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), após a aprovação.

A proposta cria o Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial (Rearp). Segundo o texto, a alíquota será de 4% sobre a diferença entre o valor de mercado e o valor declarado, para pessoas físicas. Hoje, as alíquotas deste tributo variam entre 15% a 22,5%, de acordo com o relator.

O valor atualizado passa a funcionar como o novo custo de aquisição em transações futuras. O projeto visa corrigir uma distorção do sistema fiscal, que tributa a **inflação** acumulada e a mera reposição do poder de compra da moeda. Essa correção é central para o cálculo do ganho de capital tributável e para a conformidade tributária, explicou a assessoria de Eduardo Braga.

Para empresas com bens lícitos, não declarados no país ou no exterior, as alíquotas serão de 4,8% de IR e 3,2% de CSLL sobre a diferença do valor.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/11/19/congresso-retoma-parte-da-mp-do-iof-com-alivio-de-r-25-bilhoes-nas-contas-do-governo.ghtml>

PL Antifacção aprovado, sem incluir terrorismo

WAL LIMA E VANILSON OLIVEIRA

A pós o relator do Projeto de Lei Antifacção, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), apresentar a sexta versão do seu parecer, o plenário da Câmara aprovou o texto, pelo placar de 370 a 110 - e houve três abstenções. Apesar de o governo ter sido atendido em vários pontos, parlamentares da base tentaram adiar a apreciação do parecer, que agora segue para o Senado.

Entre outras medidas, o projeto endurece penas e cria tipificações penais, incluindo condutas de domínio territorial, sabotagem de serviços públicos, ataques a forças de segurança, sequestro de aeronaves e "novo cangaço" (veja quadro).

Antes da aprovação, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PN), vedou a apresentação de emenda para equiparar facção criminosa a organização terrorista. O defensor da medida, o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), chegou a dizer, durante a apreciação do texto-base, que o tema era um clamor da sociedade.

"Nós do PL, pela expertise que temos nessa área, jamais iríamos contra um texto que traz avanços ao Brasil. O texto não é 100% como nós gostaríamos, mas vai dar uma resposta dura ao crime organizado.

Mas não desistiremos de clamar pela proposta antiterrorismo", pontuou.

Ao longo da última semana, Derrite havia afirmado que não gostaria que a medida entrasse no projeto, para não politizar a matéria.

Logo após a reunião de lideranças partidárias, o líder PP, Dr. Luizinho (SP), havia anunciado que a legenda seria contra um destaque nesse sentido.

Já o líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (RJ), criticou a modificação do texto momentos antes da votação e disse que faltou diálogo.

"O relator negou-se a conversar com o governo. Haveria uma reunião hoje (ontem) com o ministro (da Justiça) Ricardo Lewandowski, mas ele disse que não iria participar da conversa com o governo", destacou. "Faltou diálogo, faltou vontade de sentar à mesa de

negociação.

Tiveram que recuar em pontos importantes em relação à Polícia Federal, mas continuam tirando o dinheiro da Polícia Federal.

E continuam atrapalhando a investigação pela **Receita Federal**", acrescentou.

O dia na Câmara teve reuniões de líderes partidários, com a presença dos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União). O gestor do estado fluminense elogiou o trabalho de Derrite, destacando a coragem do deputado de fazer modificações no projeto.

"Eu queria elogiar a coragem do Derrite, como ele enfrentou essa matéria de peito aberto, como aceitou ideias, como aceitou mudanças. Isso é digno dos grandes brasileiros", frisou Castro. Ele ressaltou que o parlamentar demonstrou abertura ao diálogo e disposição para incorporar contribuições de diferentes estados e secretarias.

Sem heróis e vilões

Em discurso, Motta afirmou que a aprovação representa um passo histórico no enfrentamento às facções criminosas e destacou que, no debate sobre o tema, não há "heróis" ou "vilões" partidários, mas, sim, um país inteiro pressionado pela violência.

Ele ressaltou que o verdadeiro inimigo é o crime organizado e que a população brasileira é quem enfrenta diariamente essa realidade. Ao exaltar o resultado alcançado no plenário, o deputado defendeu que a função do Parlamento é construir soluções conjuntas, acima da polarização, valorizando a união de ideias e a responsabilidade institucional.

Ele ressaltou que o verdadeiro inimigo é o crime organizado e que a população brasileira é quem enfrenta diariamente essa realidade. Ao exaltar o resultado alcançado no plenário, o deputado defendeu que a função do Parlamento é construir soluções conjuntas, acima da polarização, valorizando a união de ideias e a responsabilidade institucional.

"Hoje, nesta data, a Câmara faz história, e damos uma resposta dura contra os criminosos.

Não é uma vitória de A ou de B, é uma vitória do Brasil", frisou.

Antes da votação, ele elogiou o trabalho de Derrite e destacou que o relator dialogou com todos os partidos, com autoridades e com representantes do governo federal, buscando - conforme sustentou - construir a proposta mais viável politicamente.

Motta também garantiu que a aprovação do projeto é a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento ao crime organizado. "Nós estamos aumentando as penas para os crimes, nós estamos criando novas tipificações de crime, nós estamos dizendo que chefes de facções criminosas, agora, irão direto para os presídios federais", ressaltou.

**

Pontos do projeto

» Cria um arcabouço nacional de enfrentamento ao crime organizado, com instrumentos de inteligência, bloqueio patrimonial, intervenção em empresas usadas por facções e fortalecimento da execução penal.

» Prevê perfeição das tipificações penais, incluindo condutas de domínio territorial, sabotagem de serviços públicos, ataques a forças de segurança, sequestro de aeronaves e "novo cangaço".

» Determina o agravamento de penas, com mínima de 20 anos e máxima de até 40 anos, podendo chegar a 66 anos para líderes de organizações criminosas, medidas assecuratórias e bloqueio patrimonial, permitindo sequestro e indisponibilidade de bens físicos, digitais e financeiros, inclusive de terceiros envolvidos com o crime organizado.

» Determina a intervenção de pessoas jurídicas para impedir que empresas sejam usadas para lavagem de dinheiro e permitindo recuperação de atividades e bens lícitos e o fortalecimento da execução penal, com cumprimento em presídios federais de segurança máxima para líderes de facções, além de regras mais rígidas de progressão de regime e vedação de benefícios como auxílio-reclusão para dependentes de criminosos.

» Prevê medidas para agilizar processos e reduzir custos, como a realização de audiências de custódia por videoconferência, perdimento cautelar de bens ainda na fase de inquérito e definição de julgamentos em Varas Criminais Colegiadas para homicídios ligados a organizações criminosas, evitando o Tribunal do Júri.

» Determina a criação do Banco Nacional de Membros de "Organizações Criminosas Ultraviolentas", interoperável com bancos estaduais, e ações civis de perdimento de bens imprescritíveis. A destinação dos bens apreendidos será para fundos de segurança pública estaduais ou, quando houver participação da Polícia Federal, para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/8049/19-11-2025.html?all=1>

Rodrigues: é preciso dobrar o efetivo da PF

ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado abriu os trabalhos, ontem, com a oitiva do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e discursos firmes sobre a necessidade de enfrentar facções criminosas sem distorções ou romantizações. Rodrigues criticou a "glamourização" do crime organizado e defendeu que autoridades e mídia tratem o tema com precisão, evitando atribuir o rótulo a qualquer evento criminal e, assim, supervalorizar organizações que atuam com extrema violência.

O diretor-geral também alertou para a insuficiência do efetivo atual menos de 13 mil policiais e do orçamento da PF, hoje em R\$ 1,8 bilhão.

Ele afirmou ser necessário dobrar o número de servidores para que a instituição consiga responder às demandas crescentes. Segundo Rodrigues, estudos internos avaliam o dimensionamento ideal e apontam que um quadro ampliado garantiria maior eficiência nas investigações, sobretudo no enfrentamento às facções, milícias e crimes financeiros.

O chefe da Polícia Federal defendeu um incremento de 38% no orçamento da corporação. "Eu entendo e já fiz esse apelo para que, na LOA (Lei Orçamentária Anual) que está aqui, sob apreciação desta Casa, nós tenhamos um aumento desse valor para, ao menos, R\$ 2,5 bilhões", pediu Rodrigues.

Durante a sessão, o diretor-geral da PF criticou pontos do relatório do PL Antifacção, relatoria do deputado Guilherme Derrite (PL- -SP), que tramita na Câmara. Para ele, as mudanças feitas nas últimas versões - já são ao menos cinco - podem gerar conflitos de competência, confusão processual e enfraquecimento do combate ao crime organizado. O dirigente também manifestou preocupação com dispositivos que retiram recursos ou reduzem atribuições de órgãos como a PF e a **Receita Federal**, responsáveis por atacar o fluxo financeiro das organizações criminosas.

O presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), reforçou que o colegiado atuará com independência e sem blindagem a qualquer autoridade. Ele afirmou que "ninguém será poupado", incluindo políticos, empresários e agentes públicos suspeitos de envolvimento com facções. Contarato defendeu ainda que a PF mantenha e amplie sua capacidade operacional, lembrando que segurança

pública depende diretamente de orçamento e cooperação entre instituições.

TH Joias

A sessão marcou, também, o avanço de novos requerimentos. O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), solicitou a convocação do ex-deputado fluminense Thiago Santos, o TH Joias, preso pela PF em investigação sobre o Comando Vermelho no Complexo do Alemão. Para Vieira, o depoimento é essencial para esclarecer o papel do ex-parlamentar e das conexões entre crime organizado e agentes públicos. Contarato confirmou que o pedido será analisado na próxima reunião.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador Randolfe Rodrigues (sem partido- -AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da **Receita Federal** e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/8049/19-11-2025.html?all=1>

BNDES abre nova consulta a crédito do Brasil Soberano

Paula Martini

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai abrir na sexta-feira (21) o processo para que novas empresas exportadoras e fornecedores afetados pelo tarifaço dos EUA solicitem crédito por meio do Plano Brasil Soberano. As linhas com juros mais baixos contam com R\$ 30 bilhões do Fundo Garantidor de Exportações (FGE) e R\$ 10 bilhões do próprio BNDES.

Conforme antecipado ao Valor, a decisão de reabrir a consulta de elegibilidade foi tomada depois que o Conselho Monetário Nacional

(CMN) aprovou, na semana passada, a ampliação do acesso às linhas emergenciais operadas pelo banco de desenvolvimento.

A resolução mudou o escopo daqueles com direito a receber os recursos. Antes, eram elegíveis ao crédito apenas os exportadores com pelo menos 5% do faturamento afetados pelas tarifas, percentual que agora cai para 1%.

Além disso, a nova norma incorporou os fornecedores ao crédito emergencial. Neste caso, terão direito aos recursos os fornecedores que tenham ao menos 1% do faturamento originado de vendas para exportadores que tenham tido 5% ou mais do faturamento afetado pelas tarifas americanas. A base de comparação é a receita obtida entre julho de 2024 a junho de 2025.

Na apresentação de resultados do BNDES, na sexta (14), o presidente do banco, Aloizio Mercadante, ressaltou que a inclusão de empresas elegíveis dependia de informações da **Receita Federal**. A expectativa inicial era que os dados fossem enviados em 24 de novembro. "Agora, estamos antecipando a abertura do processo para acesso dos fornecedores e para empresas exportadoras com pelo menos 1% do faturamento impactado pelo tarifaço para a próxima sexta-feira", afirmou por escrito ao Valor.

O BNDES recebeu, até agora, uma demanda de R\$ 10 bilhões para as linhas de crédito, dos quais R\$ 7,7 bilhões foram aprovados para 560 empresas. Os recursos são destinados a capital de giro, compra de máquinas e equipamentos e busca de novos mercados. O acesso está condicionado à manutenção

do número de empregos.

As aprovações somaram R\$ 4,9 bilhões para grandes empresas e R\$ 2,8 bilhões para micro, pequenas e médias. Do total, o maior montante foi destinado à indústria (R\$ 6,29 bilhões), seguido por comércio e serviços (R\$ 778 milhões) e agropecuária (R\$ 445 milhões).

O banco de fomento não informou quantas empresas devem ser contempladas pela ampliação do Brasil Soberano nem a estimativa de demanda pelas linhas com as mudanças. Procurado, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) informou que não tem informações sobre o número de empresas beneficiadas.

A flexibilização do crédito emergencial se dá ao mesmo tempo em que o governo admite a possibilidade de abandonar a medida provisória do Brasil Soberano, como mostrou o Valor. A estratégia tem como pano de fundo a pressão da oposição de manter as despesas com o tarifaço nas metas fiscais de 2025 e 2026 e o andamento das negociações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos.

A MP está em vigor desde 13 de agosto, mas precisa ser aprovada pelo Congresso até 120 dias após a publicação para não perder a validade. Caso o texto não vá à votação, caduca em 10 de dezembro. Com isso, só serão contempladas operações de crédito contratadas até essa data.

Mercadante destacou que as empresas devem procurar os bancos parceiros e o BNDES o quanto antes: "Estamos prontos e temos condições de liberar um volume expressivo de crédito enquanto o programa estiver operando".

Site: <https://valor.globo.com/impreso>